



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Administração - Aquisição - Bens Permanentes - 0008305-69.2022.6.21.8000

Termo de Referência - TR - doc. SEI n. 1061364.

TERMO DE REFERÊNCIA – COMAP N. 21/2022
REGISTRO DE PREÇOS

1. OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de sistema de acondicionamento de documentos, composto por módulos de arquivos deslizantes, configurável mediante projeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Consoante as razões discriminadas no processo n. 0005646-24.2021.6.21.8000, há carência de um local único para o trato da documentação arquivística e a necessidade de ampliação e aparelhamento do espaço físico do arquivo, com equipamentos imprescindíveis para tratamento e guarda de toda a massa documental acumulada pelo TRE-RS.

Ainda, considerando que a iniciativa “Estruturar espaço para Arquivo Central” consta do Plano Estratégico Institucional 2021-2026, foram feitos levantamentos para que o prédio Anexo I pudesse abrigar as respectivas instalações.

A presente contratação objetiva dotar o Arquivo Central de condições adequadas de armazenamento, manuseio e preservação de documentos.

2.2. FUNDAMENTAÇÃO PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

A adoção do Sistema de Registro de Preços, com fundamento no art. 3º, IV, do Decreto 7.892/2013, é motivada pelo fato de não ser possível definir previamente, de forma precisa, o quantitativo a ser contratado pela Administração, uma vez que a quantidade demandada é gradual e variável conforme remessa, triagem e armazenamento de documentos provenientes do interior do Estado.

2.3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Perspectiva: RECURSOS – Objetivo Estratégico: Otimizar a Infraestrutura Física.

2.4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES

A demanda está prevista no Plano de Contratações 2022, com ID 12903.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. ITENS E DESCRIÇÃO DETALHADA

Item	Descrição detalhada	Quantidade Estimada
1	Módulo terminal móvel, com dimensões de 455 mm (L) X 4380 mm (P) X 2230 mm (A)	4
2	Módulo terminal fixo, com dimensões de 455 mm (L) X 4380 mm(P) X 2230 mm (A)	3
3	Módulo intermediário móvel, com dimensões de 755 mm (L) X 4380 mm(P) X 2230 mm (A)	24
4	Prateleira regulável de 420 mm de largura, com reforço central, fabricada em chapa de aço, com espessura variando entre 0,75 mm e 1,2 mm.	196
5	Prateleira regulável de 370 mm de largura, com reforço central, fabricada em chapa de aço, com espessura variando entre 0,75 mm e 1,2 mm.	1.344
6	Conjunto de batente anti-impacto de borracha vulcanizada trefilada esponjosa com medidas de 15 mm x 30 mm, com a função de evitar o impacto entre as estruturas, além de auxiliar na vedação entre as faces, instalados nas colunas estruturais e nos tetos através de adesivo especial.	27
7	Porta etiqueta, com dimensões que permitam a afixação de etiquetas com medidas aproximadas de 100 mm (A) x 150 mm (L)	55
8	Metro linear de trilho maciço ergonômico, com berço fabricado em aço, com, no mínimo 1,90 mm de espessura e largura aproximada de 130 mm, com dupla garra de segurança, tendo um perfil de curso em aço trefilado com formato meia-cana com diâmetro aproximado de 25 mm, sendo fixado diretamente no piso através de parafusos e buchas.	77
9	Trava geral, composta por uma fechadura do tipo Cremona, chave tetra ou semelhante, permitindo o bloqueio diretamente nos trilhos/piso do sistema.	4

3.1.1. As faces dos módulos deverão possuir furações com passo 1” a cada 25 mm (aproximadamente) que permitem a instalação de componentes de armazenamento multifuncionais.

3.1.2. Os componentes dos módulos devem possuir tratamento químico através de fosfatização e pintura eletrostática na cor bege clara.

3.1.3. As chapas estruturais e divisores internos devem ser fabricados em chapa de aço 1010/20 (padrão SAE), com espessura mínima de 0,60 mm, a serem instaladas internamente entre as faces das estruturas

intermediárias.

3.1.4. As colunas estruturais deverão ser fabricadas em chapa de aço 1010/20 (padrão SAE) dobrado, com medidas mínimas de 38 mm de largura e 0,90 mm de espessura, totalmente inteiriças e possuir furações em suas laterais a cada 25 mm para acoplamento dos componentes internos.

3.1.5. O painel frontal deve ser fabricado em chapa de aço 1010/20 (padrão SAE) dobrado, com espessura mínima de 0,75 mm, fixado a estrutura através de sistema de fixação ou encaixe, bem como deverá permitir eventuais manutenções no sistema sem a retirada do material armazenado.

3.1.6. Os fechamentos estruturais devem ser em chapa de aço 1010/20 (padrão SAE) dobrado, com espessura mínima de 0,75 mm, com dimensões que acompanhem as medidas das faces.

3.1.7. A fixação das chapas de fechamento deve ser feita com o uso de parafusos internos, os quais não devem ficar expostos externamente no conjunto.

3.1.8. As bases estruturais fixas e moveis deverão ser fabricadas em chapas de aço 1010/20 (padrão SAE), com espessura mínima de 1,90 mm de, dobradas em formato “C” e unidas através de solda ou parafusos para a formação da base de sustentação.

3.1.9. Os módulos móveis deverão ser equipados com volante em aço, alumínio ou outro material com durabilidade semelhante, posicionado a uma altura de 1.000 mm (+/- 100 mm), com formato anatômico e, pelo menos, três manoplas, e manípulo com diâmetro mínimo de 275 mm, bem como com trava individual instalada entre os dispositivos de acionamento mecânico e a estrutura de painel frontal, que permita bloquear a movimentação da estrutura, mantendo a abertura do corredor de consulta.

3.10. O sistema de deslocamento deve proporcionar uma redução de força de movimentação dos equipamentos, composto por volante conectado a um sistema de eixos e engrenagens, responsável pela transmissão dessa força para o eixo de tração instalado na base.

3.1.10.1. O eixo de tração deve ser produzido em aço maciço de aproximadamente 20 mm, com rodas usinadas em aço ou ferro fundido, com medidas entre 85 e 120 mm de diâmetro e largura entre 30 e 50 mm, presas através de mancais ao carro base.

3.1.10.2. Os rolamentos devem ser blindados, sem a necessidade de lubrificação, de primeira linha.

3.1.10.3. Todas as peças desse sistema, deve possuir um tratamento à base de zinco para evitar oxidação nas partes metálicas.

3.1.11. Os módulos devem ser dotados de Sistema Anti-Tombamento, composto por garras de segurança fabricadas em chapa de aço 1010/20 (padrão SAE), com 1,90 mm de espessura mínima, dobradas de modo a permitir a sua instalação na parte inferior das estruturas móveis e, dessa forma, encaixadas nos trilhos de deslocamento evitando possíveis acidentes por tombamento ou descarrilamento.

3.1.12. As prateleiras devem ser fixadas com a utilização de peças de aço usinado com medidas exatas para o perfeito encaixe do componente à coluna do arquivo deslizante, de forma a evitar qualquer tipo de afrouxamento dos parafusos dos módulos causado pelas forças externas repetitivas ou vibração.

3.1.13. As bordas de prateleiras ou manípulos de volantes e quaisquer outros elementos construtivos do arquivo deslizante que sejam acessíveis ao usuário devem ser arredondadas e livres de rebarbas.

3.1.14. As partes lubrificadas devem ser protegidas de modo a evitar o contato com o corpo e com as roupas do usuário.

3.1.15. As extremidades de tubos ou demais componentes construtivos ocultos e que sejam acessíveis ao usuário devem ser providos de tampões.

3.1.16. As dimensões dos módulos poderão ter variação de até 5% (cinco por cento), desde que não interfira na capacidade de armazenamento de 7 metros lineares por face integrante do módulo.

3.1.17. Os itens deverão ser entregues e instalados, sem qualquer custo adicional, em conformidade com as estipulações deste Termo de Referência.

3.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais devem possuir comprovação de resistência e durabilidade, por meio dos seguintes documentos técnicos:

a) Certificado de Conformidade junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou certificação equivalente junto a outra entidade acreditada pelo INMETRO, de que atendam aos requisitos da PE-388 – Certificação de Arquivos Deslizantes da ABNT;

b) Certificado de Conformidade junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou certificação equivalente junto a outra entidade acreditada pelo INMETRO, de que atendam aos requisitos da PE-289 – Processo de Preparação e Pintura em Superfícies Metálicas da ABNT;

c) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, que demonstre a resistência do conjunto de componentes metálicos à corrosão por exposição à névoa salina neutra, conforme norma ABNT NBR 8094/1983, com resultado máximo Ri1 após 336 horas de exposição;

d) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, que demonstre a resistência do conjunto de componentes metálicos à corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, conforme norma ABNT NBR 8095/2015, sem apresentar a ocorrência de manchas ou pontos característicos de corrosão visíveis a olho nu, após 360 horas de exposição;

e) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, que demonstre a resistência do conjunto de componentes metálicos à corrosão por exposição ao dióxido de enxofre, conforme norma ABNT NBR 8096/1983, sem apresentar a ocorrência de manchas ou pontos característicos de corrosão visíveis a olho nu, após a exposição por 10 ciclos;

f) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, que demonstre que não houve tombamento de um módulo deslizante simples, descarregado, travado, contra os batentes de final de curso, com largura, medida em sua base, igual ou menor a 450 mm, altura igual ou superior a 2.000 mm, composto por uma face, com profundidade interna mínima de 1.000 mm, após a aplicação de uma força horizontal de no mínimo 200 (+/-10) N a uma altura mínima de 1.600 (+/-5) mm da superfície de apoio das rodas;

g) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, que demonstre que não houve tombamento de um módulo deslizante simples, descarregado, com largura, medida em sua base, igual ou menor a 450 mm, altura igual ou superior a 2.000 mm, composto por uma face, com profundidade interna mínima de 1.000 mm, apoiado sobre os trilhos e com os batentes limitadores de curso, com um percurso de trilhos de (1.000 +/- 10) mm, partindo-se de um dos batentes, pelo percurso até atingir o outro batente, com velocidade de deslocamento de 0,20 (+/- 0,01) m/s;

h) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, que demonstre que não houve tombamento, nas mesmas condições descritas na alínea "g", de um módulo de idênticas características, porém com carga de 20 g/cm² (Categoria 1), no total dos 7 metros lineares distribuídos nos 7 níveis de armazenamento;

i) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, de resistência dos suportes de planos horizontais, considerando a carga de 20 g/cm² (Categoria 1), conforme metodologia e resultados previstos no item 6.3.3.1 da norma ABNT NBR 13961;

j) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, de resistência de deflexão de planos horizontais (prateleira), considerando a carga de 20 g/cm² (Categoria 1) e conforme metodologia e resultados previstos no item 6.3.3.2 da norma ABNT NBR 13961; e

k) Laudo emitido por laboratório ou entidade acreditada pelo INMETRO, de resistência à carga concentrada de planos horizontais (prateleira), considerando a carga de 20 g/cm² (Categoria 1) e conforme metodologia e resultados previstos no item 6.3.3.3 da norma ABNT NBR 13961.

3.3. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.3.1. Deverá ser ofertado prazo mínimo de garantia de 60 (sessenta) meses, a partir do recebimento definitivo do objeto contratual, contra quaisquer defeitos de fabricação ou instalação, sem prejuízo de eventual garantia superior dada por fabricante.

3.3.2. Durante o período de garantia deverá ser prestada assistência técnica, no local onde estarão instalados os equipamentos, de modo a assegurar a funcionalidade do sistema, incluindo a substituição de peças e componentes originais.

3.3.3. Deve ser oferecido serviço de atendimento ao cliente de fácil acesso (telefone, e-mail, aplicativo de mensagens etc.), com respostas em até 24h.

3.3.4. A prestação da garantia e assistência técnica se dará sem qualquer ônus ao TRE-RS.

3.4. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS

As quantidades foram levantadas de acordo com estudo elaborado pela Coordenadoria de Gestão da Informação, nos autos do processo n. 0005646-24.2021.6.21.8000, o qual prevê a instalação de sistema de acondicionamento composto por módulos de arquivos deslizantes para o acondicionamento de aproximadamente 36.000 caixas de arquivo, a ser implementado de forma gradual. O quantitativo informado no item 3 deste Termo de Referência está aderente a esse escopo.

3.5. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DE ITENS

O agrupamento dos itens em lote se justifica pela necessária compatibilidade entre os componentes que integrarão o sistema de arquivamento, uma vez que equipamentos de determinados fabricantes não funcionariam em conjunto com materiais de fabricante diverso. Desse modo, o parcelamento do objeto não é deixa de ser recomendado, como torna-se inviável sob o ponto de vista técnico.

3.6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Considerando o disposto no art. 3º, da Lei n. 8.666/93, e atendendo a Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, serão observadas as seguintes disposições:

3.6.1. Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.6.2. Os materiais não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.6.3. O descarte de resíduos utilizados na fabricação dos materiais deve atender aos critérios ambientais.

4. EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

4.1. ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1.1. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da disponibilização, pela gestão contratual, dos leiautes de instalação dos materiais contratados.

4.1.1.1. A definição do leiaute de cada contratação formalizada a partir da Ata de Registro de Preços observará o leiaute do projeto, definido no Anexo I deste Termo de Referência.

4.1.1.2. Os leiautes poderão ser ajustados a fim de obtenção de melhores resultados, desde que não implique em alteração dos componentes contratados.

4.1.2. Os equipamentos deverão ser entregues e instalados no imóvel localizado na Av. Padre Cacique, n. 96, em Porto Alegre – RS, no período das 13h às 19h, de segunda a sexta-feira.

4.1.3. A instalação deverá ser agendada junto ao gestor, pelo telefone (51) 3294-8314 ou 3294-8315.

4.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.2.1. Disponibilizar a área para a instalação dos equipamentos, livre e apta para o início da montagem, responsabilizando-se por eventuais necessidades de readequações.

4.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2.3. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.2.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído ou reparado.

4.2.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.

4.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.3.1. Designar Preposto antes do início dos serviços de instalação, fornecendo, por escrito, dados de contato como telefone e e-mail.

4.3.2. Comparecer ao local de instalação para conferência de medidas e demais características das áreas, sanando todas as dúvidas por ventura existentes.

4.3.3. Fornecer todo o material, acessórios e equipamentos necessários à instalação do sistema contratado, incluindo a mão de obra especializada para execução dos serviços.

4.3.4. Manter os locais utilizados por seus trabalhadores em perfeitas condições de limpeza, sendo seu encargo a retirada do lixo resultante da instalação dos equipamentos.

4.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).

4.3.6. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

4.3.7. Reparar integralmente todo e qualquer dano que venha a ocorrer em pisos, pinturas, equipamentos, móveis e etc., em função dos trabalhos, salvo motivo justificado e aceito pelo CONTRATANTE, observando-se as características originais dos materiais, sendo que os que causem prejuízo ao funcionamento normal deste Tribunal sejam reparados imediatamente.

4.3.8. Responsabilizar-se pela guarda de materiais e equipamentos utilizados na instalação do objeto contratado.

4.3.9. Tomar providências para que seus trabalhadores atendam as normas de segurança de trabalho, sendo sua responsabilidade a fiscalização e o fornecimento dos equipamentos para atendimento desse fim.

4.3.10. Zelar para que seus trabalhadores mantenham disciplina nas dependências do CONTRATANTE, obedecendo rigorosamente às normas de controle de acesso e permanência no imóvel.

4.3.11. Responder por todos os ônus, diretos e indiretos, incidentes no fornecimento e instalação dos materiais, inclusive aqueles referentes à embalagem, de pessoal, seguros, taxas, fretes, transporte, descarga e demais encargos.

4.3.12. Fornecer treinamento para, pelo menos, 2 servidores do CONTRATANTE após concluída a instalação, com vista ao manuseio adequado dos arquivos deslizantes e subsistemas correlatos.

4.3.13. Fornecer o arquivo deslizante com manual do usuário, do qual constem a sua classificação segundo os critérios aplicáveis, as instruções para uso e regulagem e as recomendações de segurança cabíveis.

4.3.14. Fica vedada a subcontratação do objeto contratual.

5. GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1.1. Os preços obtidos na licitação serão formalizados por Ata de Registro de Preços, em meio eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RS.

5.1.2. As contratações celebradas a partir da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por termo de contrato, observada a forma do item anterior.

5.1.3. Para celebração da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos dela originados, o vencedor do certame licitatório deverá realizar o cadastramento de acesso externo do referido sistema, nos termos da Instrução Normativa DG n. 22/2019.

5.1.4. O cadastro de usuários externos no referido sistema é válido para o envio de comunicações, notificações ou intimações, bem como para a concessão de vista dos autos de processos administrativos, sendo de responsabilidade do fornecedor a atualização de suas informações cadastrais.

5.1.5. A recusa injustificada na assinatura da Ata de Registro de Preços ou Contrato, será considerada inexecução total, incidindo as sanções correspondentes.

5.2. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.2.1. A Ata de Registro de Preços será gerenciada pela Coordenadoria de Material e Patrimônio, sendo os pedidos de compra realizados mediante solicitação da área demandante.

5.2.2. Os contratos derivados da Ata de Registro de Preços serão gerenciados por Equipe de Gestão, composta por:

a) Gestor do Contrato, responsável pela coordenação dos trabalhos, atesto e encaminhamento para pagamento, bem como a fiscalização de aspectos administrativos, tais como a correção da documentação fiscal apresentada;

b) Fiscal Técnico, responsável pela verificação das características e utilização dos equipamentos instalados, acionamento da garantia e assistência técnica, bem como pelo recebimento do objeto contratado, devendo compor a comissão de recebimento dos materiais, quando necessária.

5.2.3. O acompanhamento dos prazos de entrega e instalação será feito pela Seção de Compras.

5.2.3.1. Verificada a ocorrência de atraso, será solicitado à CONTRATADA a apresentação de justificativa, a ser submetida à Administração.

5.3. RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.3.1. Concluída a instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá notificar por escrito o Gestor do Contrato, que então, com o Fiscal Técnico, procederá à vistoria geral dos equipamentos instalados,

visando à emissão de Termo de Recebimento:

a) PROVISÓRIO, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, examinando sua adequação com o quantitativo discriminado no Contrato e Nota Fiscal, fazendo constar a data da entrega dos bens instalados e, se for o caso, as imperfeições, falhas ou irregularidades observadas detectadas;

b) DEFINITIVO, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo fiscal designado ou comissão que procederá ao recebimento, após constatar que as especificações e as qualificações dos produtos entregues estão em conformidade com o exigido neste Termo de Referência.

5.3.2. O método de avaliação da conformidade dos materiais, a ser realizado pelo fiscal designado ou por seu substituto, será o seguinte:

5.3.2.1. Avaliação que consiste na realização de observações físicas, visando comprovar a compatibilidade do material ofertado com a especificação constante neste Termo de Referência.

5.3.2.2. Teste prático, com a verificação de que os materiais apresentem funcionamento perfeito.

5.3.3. No prazo do recebimento definitivo, o Fiscal Técnico comunicará por escrito ao Gestor do Contrato sobre imperfeições, falhas ou irregularidades que motivem eventual recusa do objeto, devendo a CONTRATADA corrigi-los no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

5.4. FORMA DE PAGAMENTO

5.4.1. Realizado o recebimento definitivo e atestado(s) o(s) documento(s) fiscal(is), o pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária.

5.4.1.1. A CONTRATADA deverá emitir, obrigatoriamente, Nota Fiscal Eletrônica ou Cupom Fiscal Eletrônico para os materiais fornecidos, entregando os mesmos acompanhados do respectivo DANFE.

5.4.2. Caberá à CONTRATADA informar, no documento fiscal ou em documento apartado, o número da conta-corrente, da agência e do estabelecimento bancário no qual lhe poderá ser feito o pagamento.

5.4.3. O prazo para o pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis.

5.4.3.1. Caso o valor ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, o prazo para o pagamento será de até 10 (dez) dias úteis.

5.4.4. Os pagamentos estarão sujeitos, quando for o caso, à retenção dos tributos e contribuições na forma determinada em lei, ficando a CONTRATADA incumbida de fazer as comprovações necessárias na hipótese de não retenção.

5.4.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica estabelecido que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

i = taxa percentual anual do valor de 6%;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$

$I = (6/100) / 365$

6. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1.1. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar:

a) a regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

b) experiência anterior, mediante atestado de capacidade técnica que comprove a execução de atividade compatível e pertinente ao objeto contratual (fornecimento e instalação de sistema de arquivos deslizantes);

c) qualificação econômico-financeira, mediante certidão negativa em matéria falimentar.

6.1.2. A visita ao local de instalação dos equipamentos é facultativa aos licitantes, podendo o interessado agendá-la pelo telefone (51) 3294-8314 ou 3294-8315.

6.2. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.2.1. A proposta que apresentar o menor valor total para o lote (grupo) de itens descritos neste Termo de Referência, observados os valores máximos unitários estabelecidos pela Administração.

6.2.2. Na apresentação de sua proposta, o licitante deverá indicar a marca dos materiais ofertados e, aquele detentor da proposta melhor classificada, deverá comprovar o atendimento aos requisitos enumerados no item 3.2 deste Termo de Referência.

7. SANÇÕES

7.1. A inobservância injustificada dos prazos acordados sujeitará a CONTRATADA à multa moratória diária, a ser aplicada sobre o valor da contratação, nos percentuais discriminados a seguir, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e aplicação das demais sanções previstas na Lei 10.520/02:

a) 0,25%, do 1º ao 15º dia de atraso; e

b) 0,75%, do 16º ao 30º dia de atraso.

7.2. O descumprimento injustificado das obrigações contratuais descritas no 4.3 deste Termo de Referência sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,5% do valor da contratação, por ocorrência.

7.3. A CONTRATADA ficará sujeita a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 6 (seis) meses, no caso de descumprimento injustificado da garantia prevista no item 3.3 deste Termo de Referência.

7.4. Na hipótese de o contrato perder a utilidade em decorrência do atraso ou descumprimento das obrigações assumidas, será aplicada, por inexecução total, multa compensatória de 20% do valor da contratação, combinada com a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de 6 (seis) meses.

7.4.1. No caso de inexecução parcial das obrigações, o percentual previsto no item anterior incidirá sobre a parcela não executada ou entregue.

8. ANEXO

8.1. **Anexo I** – Documento n. 1067925: Planta baixa com leiaute do projeto, contemplando a totalidade da área e equipamentos a serem instalados pelo TRE-RS, com indicando:

a) em azul: os módulos de arquivos que compõem o objeto deste Termo de Referência; e

b) em laranja: local onde serão instalados os módulos existentes no TRE-RS.

COORDENADORIA DE MATERIAIS E LOGÍSTICA



Documento assinado eletronicamente por **Eric Figueiredo Stolting, Técnico Judiciário**, em 17/08/2022, às 13:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1061364** e o código CRC **22116146**.

Rua Duque de Caxias, 350 - Bairro Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-280
www.tre-rs.jus.br - Fone: (51) 3294 8314

